

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM GOIÂNIA: O CASO DA UNI-ANHANGÜERA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Suely Ferreira*

Maria de Araújo Nepomuceno**

1. O lugar da Uni-Anhangüera na expansão do ensino superior privado no Brasil

Esta investigação buscou construir e analisar o percurso histórico do Centro Universitário Uni-Anhangüera, inicialmente Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas (FACH), nos seus vínculos com a expansão do ensino superior privado e as políticas educacionais implantadas pelo Estado brasileiro, no período de 1973 a 2006. Na década de 1970, a Uni-Anhangüera iniciou suas atividades como uma instituição isolada privada e vivenciou, na década seguinte, o processo de interiorização e expansão da educação superior no estado de Goiás. Na década de 1990, disputou o crescente mercado educacional com as novas instituições de ensino privado que emergiam, ao mesmo tempo em que se tornava alvo das pressões oriundas das avaliações externas implementadas pelo Estado que forçaram um movimento de reestruturação interna da instituição. Atualmente, busca estratégias gerenciais mercadológicas para expandir-se frente à ostensiva disputa pelo mercado educacional.

A discussão do ensino superior no atual contexto de expansão e privatização remete à reflexão sobre a política educacional do Governo Militar (1964-1985) e à reforma do ensino superior dela decorrente. Tal Governo buscou reorganizar a economia e a política, segundo o modelo nacional desenvolvimentista do Governo que o antecedeu, introduzindo uma nova orientação de ação associada aos interesses do capital externo. A educação, neste contexto, passou a nortear-se pelo parâmetro economicista. Na década de 1960, dois fatores marcaram a educação superior: a crise universitária e a necessidade de qualificação de recursos humanos. A expansão de novas vagas para esse nível de ensino passou a ser um desafio para o Estado na tentativa de resolver o problema dos ‘excedentes’, tanto que vários estudos foram encomendados pelo Governo Militar. De modo geral, pode-se afirmar que tais estudos preconizaram estratégias de racionalização,

*Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). Professora da Universidade Estadual de Goiás – UnUCET/Anápolis e do Centro Universitário Uni-Anhangüera. E-mail: suelyferreira13@yahoo.com.br.

**Doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação do Departamento de Educação da Universidade Católica de Goiás (EDU/UCG). E-mail: m.nepomuceno@brturbo.com.br

de flexibilização e de contenção de investimentos para a educação superior. Assim, a expansão de vagas ocorreu pela alternativa da privatização do ensino, poupando o Estado de investimentos substantivos na educação. A emergência vigorosa da idéia de um ensino superior privado como alternativa capaz de amenizar as reivindicações sociais por educação superior, na época, propiciou a implementação de um segmento de “*instituições*” de ensino superior — IES privadas — ou de *organizações*, como prefere Chauí (1999), na década de 1970, com um perfil empresarial mercadológico, perfil que as diferenciava das universidades confessionais então existentes, por assumirem uma identidade marcadamente privada e com fins lucrativos¹.

Segundo Germano (1993), a política educacional efetivada pela reforma de 1968, gerou, na década de 1980, uma desproporção significativa na quantidade de instituições universitárias de ensino superior e de IES isoladas, ou seja, estas últimas passaram a representar 82,77% das instituições que ministravam o ensino superior, como também, se verificou que o princípio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão não se concretizou, ocasionando graves conseqüências para a qualidade do ensino ministrado. Neste contexto, deve-se ressaltar que a política do ensino superior não se traduziu em um instrumento de equidade social, mas conservou a estrutura de desigualdade, em virtude da maioria dos universitários estudarem na rede privada.

Em Goiás e em Goiânia, a repercussão das políticas educacionais vigentes durante o Governo Militar possibilitou a implantação das primeiras IES: Universidade Católica de Goiás (UCG,1959); Universidade Federal de Goiás (UFG,1960); Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (1961) e Faculdade de Direito (1967) – Associação Educativa Evangélica; Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (Facea, 1962); Fundação de

¹ É na perspectiva de negócio, orientada pela lógica do mercado, do privado e do lucro, que vem se dando desde 1970, mas especialmente desde a década de 1990, a expansão do ensino superior no Brasil. Destituída de reflexão crítica, essa expansão vem instigando vários autores a refletirem sobre o sentido e o papel histórico e social que devem ter as universidades. Inclusive, após a vertiginosa expansão do ensino superior privado verificada de 1990 para cá, a própria noção que se tinha da universidade como *instituição* vem sofrendo abalos. Entendida como tal, a universidade sempre coube o papel de instituição transmissora do conhecimento, por certo, mas coube, *essencialmente*, o papel de instituição *produtora* do conhecimento. Mais do que isso, a ela sempre coube realizar a crítica do conhecimento produzido, a criação e o controle dos procedimentos metodológicos e técnicos que garantem ao conhecimento o *status* de científico. Esse entendimento nada tem a ver com as IES, verdadeiras empresas, que vêm se disseminando pelo Brasil, e para as quais Chauí reserva com propriedade a denominação de *organizações*. Estas organizações empresariais, concebidas e estruturadas segundo diretrizes e padrões alheios aos do conhecimento, pulverizam-se em micro-organizações especializadas em medir quantitativamente o trabalho que fazem, curvando docentes e alunos a exigências exteriores à natureza do trabalho intelectual. (Cf. Nepomuceno & Ferreira, 2005)

Ensino Universitário de Rio Verde (Fesurv, 1973); Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas (FACH, 1973), hoje, Centro Universitário Uni-Anhangüera.

A Uni-Anhangüera teve sua origem em um momento histórico significativamente favorável, uma vez que o Estado brasileiro já desenhava um projeto político para a expansão do ensino superior assentado na contenção das despesas públicas. A lógica que presidia esse projeto foi apreendida com perspicácia pelos mentores da mantenedora da Uni-Anhangüera, que a entenderam como orientadora de um excelente negócio, tanto que foram os pioneiros em Goiânia ao implantar uma faculdade, isto é, uma *organização* de ensino superior (OES), nos mesmos parâmetros da maioria das OES privadas que surgiram alhures, ou seja, na forma de estabelecimentos isolados e guiados por uma postura gerencial-mercadológica².

Na década de 1980, ocorreu em Goiás um movimento de interiorização do ensino superior, mediante um processo de privatização do público por intermédio das fundações municipais³. Nesta década, a Faculdade Anhangüera direcionou seu interesse também para o interior do Estado, visando expandir-se, uma vez que já possuía uma demanda assegurada para seus cursos na Capital. Dessa compreensão surgiu a idéia de implantar uma *universidade multicampi*. Para esse fim, alguns mentores da mantenedora da Faculdade Anhangüera (Associação Goiana de Ensino - AGE) fundaram mantenedoras e faculdades mantidas em três cidades: Associação Catalana de Ensino — Centro de Ensino Superior de Catalão; Associação Jataiense de Ensino — Centro de Ensino Superior de Jataí; e Associação Educacional do Planalto Central — Faculdades Integradas do Planalto Central (Luziânia). Este conjunto de *organizações* foi compreendido como “instituições” de ensino superior, criadas pelo poder público municipal por meio das fundações municipais e administradas por associações privadas, conforme mostrou Dourado (1997).

Esse percurso político viabilizado por alguns mentores da AGE para concretizar a idéia da *universidade multicampi* não obteve êxito, pois as *faculdades* então criadas não alcançaram uma articulação orgânica com a Faculdade Anhangüera. Todavia, tais mentores conseguiram sucesso quanto ao movimento de expansão em busca de novos mercados educacionais, ao conseguir, além da criação das referidas faculdades, o privilégio de

² A partir desse ponto, tanto a Faculdade Anhangüera quanto a Uni-Anhangüera e suas congêneres serão identificadas pelas autoras deste trabalho como *organizações*, conforme ensina Chauí (2001).

³ Dourado, ao analisar as políticas de privatização do público, identificou três modalidades de fundações municipais: instituições de ensino superior públicas não-gratuitas, mantidas e administradas por fundações educacionais municipais; instituições de ensino superior públicas e gratuitas, mantidas pelo poder municipal; e instituições de ensino superior, criadas pelo poder municipal pelas fundações educacionais, administradas por associações de ensino privadas. (Cf. Dourado, 1997, p.110-112)

transitar livremente pelo Conselho Estadual de Educação, obtendo contratos de prestação de serviços por 25 anos e, ainda, a autorização e o reconhecimento de seus cursos. E finalmente, conseguiram, também, ter representantes nas mantenedoras destas *organizações* recém criadas.

A reforma do Estado brasileiro, na década de 90, propiciou a reestruturação do sistema de educação superior na ótica reformista colocando-a no campo de serviços não-exclusivos e competitivos do Estado, possibilitando uma nova configuração para o sistema público e privado. Assim, ao enfatizar a importância deste setor, transforma o modo de conceber a educação, não mais como um direito público e gratuito, e sim, como um serviço que pode ser privatizado. Neste novo cenário, a educação vem sendo pressionada a subordinar-se às exigências do mercado. Os parâmetros do atual paradigma da produção capitalista e da reforma da administração do Estado vêm guiando os processos de reconfiguração do ensino superior para torná-lo *moderno e gerencial-racionalista*, isto é, variado, flexível, competitivo, segundo a dinâmica do mercado e da avaliação externa por ele proposta. Daí porque a política educacional implantada em nosso país, sobretudo, para a educação superior, passar a sugerir a redução dos recursos destinados à educação, sob a lógica neoliberal de contenção dos gastos públicos.

Mediante este processo, moldou-se a reforma no ensino superior e foi promulgada a Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional possibilitou um novo movimento na educação superior, ao propiciar o surgimento de instrumentos de avaliação e controle, como o Exame Nacional de Cursos (ENC), a Avaliação das Condições de Ensino, as averiguações *in loco* para o credenciamento e re-credenciamento das IES. Também, foram estabelecidas as diretrizes do Plano Nacional de Ensino (PNE), que prescreve para a educação superior um perfil *diversificado*⁴, capaz de atender as diferentes *demandas e funções* da sociedade.

No final da década de 1990, o estado de Goiás e sua Capital, Goiânia, assistiram um incremento de novas IES privadas com fins lucrativos e a criação de novos cursos e vagas em unidades já instaladas⁵. Em 2001, Goiânia contava com 14 IES que ofertaram 24.293 vagas. 85,66% delas pertenciam ao setor privado. (Cf. Ferreira, 2002, p. 92). A

⁴ O Decreto Lei 2.306/97 estabeleceu as seguintes distinções: IES públicas, IES privadas sem e com fins lucrativos, classificando-as, ainda, em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores. Na concretização dessa caracterização, passou-se a defender a seguinte premissa: para uma *clientela* heterogênea, uma *educação* heterogênea.

⁵ Este fato ganhou maior impulso com a aprovação da nova LDB e do Decreto 2.306/97, que normatizaram a natureza e a organização acadêmica. Esse surpreendente crescimento foi guiado pelas políticas de flexibilização, competição e avaliação.

presença majoritária de IES privadas em todo país traduziu a expressão do processo expansionista deflagrado a partir da Reforma Universitária de 1968. O significativo crescimento de IES privadas levou a uma agressiva disputa pelo mercado educacional. Essas *organizações* passaram a criar estratégias refinadas para atrair seus ‘clientes’: vestibulares de vagas remanescentes; reincidentes chamadas de alunos; inscrições para o processo seletivo em shoppings centers; desconto na inscrição antecipada para o vestibular; introdução de cursos e turnos com preços diferenciados; intenso uso dos meios de comunicação na propaganda das IES; implementação de uma variedade de opções para alcançar uma clientela heterogênea: graduação, pós-graduação *latu sensu* e cursos superiores seqüenciais, entre outras.

2. FACH: organização pioneira do ensino superior privado lucrativo em Goiás

Em 28 de agosto de 1971, foi criada a AGE. Em 1973, a Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas (FACH) inicia suas atividades em Goiânia. Os primeiros cursos ofertados foram: Direito, Administração de Empresas e Ciências Contábeis. O grupo de mentores intelectuais que idealizaram e fundaram a AGE e sua mantida era formado, principalmente, por economistas e advogados. A proposta educacional desse grupo de mentores rompia com a tradição educativa de duas concepções de educação existentes na Capital, naquele momento, isto é, com a concepção de educação que fundamentava a prática político-pedagógica das duas instituições universitárias então existentes: uma pública, a Universidade Federal de Goiás e a outra confessional, a Universidade Católica de Goiás. Esse grupo de mentores intelectuais introduziu uma concepção de educação e, conseqüentemente, de ensino na perspectiva do mercado, dando início à formação de um *ethos* empresarial na educação superior que se processava em Goiânia. Na década de 1980, conforme já se assinalou, esse grupo de mentores da mantenedora objetivava a criação de uma universidade *multicampi* que não obteve sucesso. Em 1988 criaram os cursos de Processamento de Dados e Ciências Econômicas e, em 1991, implantaram os primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu*. O final da década de 1990 foi expressivo na história desta organização de ensino superior, uma vez que ela passou a sofrer os reflexos da acirrada concorrência do mercado educacional, que veio atrelada à pressão de uma nova legislação educacional, via avaliação externa, forçando-a a buscar um movimento de reestruturação.

A FACH, na comemoração do seu Jubileu de Prata (1998), contava com 78 salas de aulas, 2 laboratórios, um escritório modelo, uma biblioteca com acervo geral de 9.017 títulos, encontrando-se instalada em uma área de 588,06 m². Seu quadro docente era predominantemente formado por professores graduados, embora contasse com docentes cursando especialização e especialistas. Nessa época, existia uma demanda assegurada de candidatos para o curso de Direito⁶, podendo-se afirmar que, até aproximadamente a metade da década de 1990, a Anhangüera não passou por transformações significativas, apesar de ter buscado a sua consolidação e expansão em consonância com o contexto histórico por ela vivenciado. Porém, no final da década referida, em curto espaço de tempo, a FACH precisou envidar grandes esforços para reestruturar-se, isto é, entendeu a necessidade de sair da confortável condição de detentora de uma demanda praticamente garantida para participar de uma acirrada disputa mercadológica.

O ano de 1999 marcou a história desta casa de ensino. Foi nesse ano que os alunos foram submetidos pela quarta vez ao ENC e mais uma vez os resultados não foram positivos⁷. Os resultados da avaliação desse ano mostraram que a *organização* precisava se reestruturar em relação à nova legislação educacional e ao rápido crescimento do mercado educacional, sob pena de ver malgrado seu “esforço” de quase três décadas. No ano de 2000, a repercussão das avaliações externas efetivadas pelo governo e a oferta crescente de novos cursos e IES deflagraram um impacto negativo no processo seletivo da Faculdade Anhangüera, ocasionando uma redução da demanda de candidatos para os cursos por ela ofertados em quase 50%. A pressão crescente da concorrência de novas *organizações* privadas de ensino superior, associada ao baixo desempenho nas avaliações, e agravada pela divulgação pela mídia⁸ dos resultados das instituições submetidas ao ENC, forçaram os mentores da Anhangüera a iniciar um processo de reestruturação. No sentido de pressionar ainda mais essa reestruturação, somou-se, também, a todas as razões mencionadas, a avaliação institucional a que foram submetidas as IES e as OES, no que diz

⁶No processo seletivo de 1998, para o curso de Direito, a proporção de candidatos por vaga foi de 16,67.

⁷O curso de Administração de Empresas, entre 1996 a 1999, obteve no ENC os seguintes conceitos: C, E, E, D e o de Direito: E, D, E, E. Em 1999, o curso de Ciências Econômicas foi avaliado pela primeira vez com o conceito C.

⁸ O Jornal “*O Popular*”, de 21/12/2000, escreveu: “também chama a atenção a situação do curso de Direito da Faculdade Anhangüera... (...) pelo terceiro ano consecutivo o curso recebeu nota E. No início do ano, o [CNE] já alertava que o Direito da FACH estava ameaçado de perder a autorização de funcionamento”.

respeito à situação do quadro docente, da organização didático-pedagógica e da infraestrutura⁹.

Neste contexto, pois, a Faculdade Anhangüera iniciou seu processo de reestruturação em razão de duas grandes forças: as avaliações externas e a competitividade exigida pelo mercado educacional. Apesar das avaliações terem iniciado em 1996, os primeiros movimentos de reestruturação só foram desencadeados a partir de 1999. O referencial de qualidade de ensino, o padrão de excelência, o diferencial em relação às demais IES passaram a ter como centro as avaliações externas efetivadas pelo Estado¹⁰.

Entre 2000 e 2001, várias mudanças foram feitas pela FACH, visando sua reestruturação. Entre elas, é importante ressaltar: a construção de uma biblioteca de 1.540 m² e a ampliação de seu acervo que passou de 9.017 para 16.801 títulos; a expansão da sua infra-estrutura tecnológica, que passou de 2 para 5 laboratórios conectados à *Internet*; a contratação de um consultor externo; a titulação significativa do corpo docente, que passou a contar com 45,86% de professores especialistas; 34,59% mestres e 6,77% doutores; a ampliação dos contratos de professores com regime de trabalho em tempo parcial (33,08%) e integral (19,55%); o aprimoramento do Programa de Avaliação Institucional; a edição da Revista Anhangüera; a criação do curso de Turismo e dos cursos superiores seqüenciais, entre outras medidas. As modificações introduzidas na estrutura dessa *Organização* ocorreram à medida que foram se tornando importantes para recuperar os conceitos negativos obtidos nas avaliações do ENC e nas Condições de Oferta dos cursos¹¹. (Cf. Ferreira, 2002)

Na conquista por maior espaço no mercado educacional, a Faculdade Anhangüera consegue se transformar no Centro Universitário Uni-Anhangüera¹², passando a usufruir das prerrogativas concedidas a tais centros.¹³ Assim, em 2006, essa *organização* conseguiu

⁹Em 1998, a avaliação das Condições de Ensino para os quesitos — Corpo docente, Organização didático-pedagógica e Infra-estrutura para o curso de Administração de Empresas foram: CR, CR e CB. O curso de Direito recebeu os conceitos: CR, CI e CI. O curso de Ciências Econômicas (1999) obteve: CI, CR e CI.

¹⁰Na ótica reformista, a avaliação externa vem permitindo a competitividade entre as IES e OES, a promoção da eficiência, do desempenho e da produtividade.

¹¹Em 2000, na avaliação das Condições de Ensino, os cursos da Anhangüera conseguiram para o Corpo docente, Organização didático-pedagógica e Infra-estrutura os conceitos: Administração de Empresas: CB, CB e CB; Direito: CB, CR e CMB. O curso de Ciências Econômicas não foi avaliado. Em 2001, na avaliação do ENC, os cursos de Administração de Empresas, Direito, e Ciências Econômicas obtiveram, respectivamente, C, C e D.

¹²Em 11/03/2004 o Ministério de Educação (MEC) aprovou essa mudança.

¹³Os centros universitários, pelo Decreto 5.786, de 24/05/2006, poderão criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior; remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes; registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos.

totalizar: 12 cursos de graduação¹⁴; 5, de tecnologia¹⁵; 16, de pós-graduação¹⁶ *lato sensu*; 13 seqüenciais de complementação de estudos; e um (1) curso de mestrado em Economia, em parceria com a Universidade de Brasília (UNB).

Os cursos seqüenciais representam um importante *produto* para a *Organização*, uma vez que atendem, aproximadamente, 1200 alunos por ano, por meio de cursos que duram, em média, 12 meses. Esta modalidade de curso foi iniciada em 2001 pela oferta de seis cursos: Telemarketing, que deu origem a um curso de Tecnologia, na área; Gestão de Pequenas Empresas e Gestão de Vendas, que propiciaram a criação de dois outros cursos de tecnologia; Linux e Aplicativos Livres; Regulamentação Ambiental; e Cálculo Trabalhista e Previdenciário. No segundo semestre de 2004 foram criados mais sete cursos: Gestão de Empresas de Moda; Gestão de Call Center e Contact Center; Gestão de Negócios do Terceiro Setor; Gestão de Empresas de Educação Infantil; Programação WEB (banco de dados); Gestão de Endomarketing e o curso de Marketing de Relacionamento. Em 2005 foi criado o curso de Gestão de Empresas de Segurança. No ano seguinte ofereceu 12 cursos superiores seqüenciais: um total de 1.143 alunos (40 turmas) foi neles matriculados. De 2001 a 2006, a Uni-Anhangüera certificou, aproximadamente, 8.000 alunos. No enfrentamento competitivo travado no mercado educacional, pode-se afirmar que uma das estratégias que essa *organização* vem se utilizando é a de se orientar por metas que acompanham as tendências do mercado, oferecendo cursos específicos, pragmáticos e de curta duração.

O processo de extinção do ENC¹⁷ e da criação, em 2004, do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)¹⁸, permitiu que a Uni-Anhangüera, até o momento,

¹⁴São eles: Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Engenharia da Computação, Normal Superior, Pedagogia, Publicidade e Propaganda, Química e Turismo.

¹⁵Tecnologia em Gestão de Telemarketing; Gestão de Controle Ambiental; Tecnologia em Gestão de Pequenas Empresas; Gestão de Venda e Desenvolvimento de software para internet.

¹⁶Cursos ofertados: MBA em Recursos Humanos; MBA em Marketing; MBA em gestão de software; MBA em gestão de vendas; MBA em gestão empresarial de em agronegócios; Auditoria contábil; MBA em finanças e controladoria; Orientação a objetos e internet; MBA em Comunicação integrada; MBA em logística empresarial; Biologia vegetal; MBA em pedagogia empresarial; Gestão ambiental; Psicopedagogia; Sistema de banco de dados modernos; MBA em gestão de eventos.

¹⁷O último ENC foi aplicado em 2003.

¹⁸O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído pela Lei 10.861 de 14/04/2004. Sua sistemática de avaliação institucional se compõe de três processos: Avaliação da Instituição; Avaliação dos Cursos de Graduação; e do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (Enade). O primeiro Enade foi realizado em 7/11/2004, envolvendo 14 áreas. O segundo, em 6/11/2005, envolvendo 19 áreas. Em 2006 serão avaliadas mais 20 áreas, que totalizarão 52 áreas de conhecimento avaliadas em três anos. O Enade, uma transição entre o ENC e um novo modelo avaliativo, em fase de implantação, consiste em avaliar, por amostragem, alunos ingressantes e concluintes para verificar as mudanças e os ganhos adquiridos por eles, ao longo do curso.

não sofresse pressões significativas em relação a avaliação externa, já que apenas alunos ingressantes dos novos cursos (Química, Biologia, Engenharia da Computação e Pedagogia) seriam submetidos ao Enade, iniciando a participação da *Organização* nesse novo processo de avaliação, ocorrido em 2005. Em 2006, outros cursos participarão, com alunos ingressantes e concluintes, fato que conferirá novos conceitos para os cursos ofertados, acarretando, provavelmente, novas competições pelo mercado.

A ostensiva presença de OES¹⁹, a constatação da saturação do mercado educacional privado, a expressiva presença de vagas ociosas e a existência de uma concorrência *predatória* entre essas *organizações* impulsionam uma disputa ainda mais árdua *no e pelo* mercado educacional, que passa a ser o principal norteador de novas estratégias de sobrevivência.²⁰ Simultaneamente, a administração gerencial e mercadológica se sobressai como instrumento de competição dessas *organizações*, que assumem como meta a necessidade de vencer a disputa pelo mercado ao prestar *serviços* e vender *produtos*.²¹ Nesta nova visão, as OES submetem-se à força do capital de transformar tudo em objeto *do e para o* capital, metamorfoseando qualquer coisa em mercadoria. Assim, neste “laborioso” embate, essas casas de ensino não abrem espaço para a discussão e a reflexão sobre si mesmas, sobre a função social e o lugar que ocupam no interior das lutas sociais de classes, conforme alerta Chauí (2001), ao romper com a possibilidade de identificarem-se como instituições sociais de educação superior.

As questões centrais das OES passam a ser: qual é a relação custo/benefício para a *Organização* da oferta de um novo *produto*? Quais são as características básicas que um *produto* deve ter para ser aceito pelo mercado? Como manter o *cliente* fidelizado para o resto da vida via *ensino continuado*? Como contar com o já *cliente* para *captar* novos *clientes*? A Uni-Anhangüera, neste processo, vem assumindo-se como uma *organização* que almeja por meio da administração racional mercadológica, a eficiência e a eficácia da sua gestão, do seu planejamento, da sua previsão, do seu controle e do seu êxito (lucro)²².

¹⁹ O Estado de Goiás, em 2005, passou a contar com 71 IES, sendo 8 públicas e 63 privadas. A cidade de Goiânia totalizou neste ano, 22 IES privadas e 3 IES públicas (UFG, CEFET e UEG). Em relação à UEG, considerou-se somente a Eseffego - Unidade Universitária, não computando os 4 Pólos Universitários presentes também na capital. Neste cenário, pode-se afirmar que em Goiânia, somente 12% das IES são públicas. (Cf. Plano Diretor, 2006).

²⁰ Considerando que o SINAES encontra-se em fase de implantação.

²¹ A gestão profissional das OES preconiza para o êxito no mercado educacional vários instrumentos de controle e de medidas, dentre eles: gestão do curso; gestão de captação de alunos; gestão de retenção e fidelização do aluno; gestão de efetividade do trabalho docente; gestão de metodologia de ensino; gestão de logística do ensino; gestão de processo relacional. (Cf. Braga & Monteiro, 2005)

²² A Uni-Anhangüera vem estabelecendo como estratégias: convênios com empresas diversas, oferecendo bolsas parciais de aproximadamente 20% no valor das mensalidades para os funcionários e dependentes para

Nesta perspectiva, necessita: vender *produtos*; *encantar seus clientes*; de professores que sejam *empreendedores*²³ e de buscar recursos não apenas *por meio* das mensalidades.

Finalizando, pode-se afirmar que o ensino superior privado deteve, em 2005, 12.% das vagas ofertadas na cidade de Goiânia. Afirar isso significa dizer que as IES privadas vêm assumindo-se como OES ao ofertarem um determinado *produto*: ensino superior privado. Este novo momento na educação superior coloca uma questão desafiadora e inadiável aos pesquisadores que têm a educação como objeto de suas preocupações: quais são as implicações decorrentes do *papel* e das *funções* que as OES vêm desempenhando em nossa sociedade?

Referências bibliográficas

- BRAGA, Ryon e MONTEIRO, Carlos. *Planejamento estratégico sistêmico para instituições de ensino*. São Paulo: Hoper, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.
- DOURADO, Luiz Fernandes. *Expansão e interiorização do ensino superior em Goiás nos anos 80: a política de privatização do público*, 1997. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- FERREIRA, Suely. *Políticas de expansão e estruturação da educação superior em Goiânia nos anos 90: o caso da Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas*, 2002. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Goiás (UCG).
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- NEPOMUCENO, Maria de A. & FERREIRA, Suely. “Universidade, sociedade e cultura no pensamento de Anísio Teixeira”. In.: NEPOMUCENO, M. de A. & TIBALLI, E. F. A. (Orgs.), *Pensamento Educacional Brasileiro*, Goiânia: Ed. da UCG/Autores Associados, 2005. (No prelo).
- SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA . *Plano diretor para a educação superior no Estado de Goiás 2006-2015*. Goiânia: SECTEC, 2006

os cursos deficitários do ponto de vista mercadológico: Ciências Contábeis e Economia; implantação do Projeto Escola Superior de Negócios que visa estabelecer parcerias com empresas para equipar as salas de aulas em regime de comodato (computador completo, data show, ar condicionado, cadeiras almofadas, etc.). Em contrapartida propicia aos empresários um espaço de mídia alternativa, divulgando a marca e a imagem da empresa-parceira, ao criar um espaço de *merchandising* nas salas de aulas; redução da carga horária semanal presencial dos cursos e sua complementação por meio do ensino à distância, entre outras.

²³A *Organização* vem incentivando a competitividade entre as coordenações dos cursos e, conseqüentemente, entre os professores na conquista de um diferencial em relação à *qualidade* a ser obtida pela iniciativa dos próprios docentes, pela parceria com outras organizações não educacionais, visando *conquistar* e *reter* os alunos. Esta estratégia contribui ainda para averiguar quais são os cursos mais eficientes na ótica mercadológica.